

CONFORMAÇÃO OU TRANSGRESSÃO: AS RELAÇÕES DAS CRIANÇAS NO INTERIOR DA CRECHE

Elaine de **Paula** – UFSC

Meu interesse em investigar as ações das crianças nos momentos vistos pelos adultos como de transgressão por parte das crianças partiu, tanto da constatação empírica de um hiato existente entre o movimento e interesse das crianças no dia-a-dia da creche, e daquilo que era proposto pelos adultos, quanto da convicção de que é possível ampliar a compreensão das atitudes ‘transgressivas’ das crianças normalmente consideradas como negativa.

Em torno dessas inquietações foi que passei a fazer alguns questionamentos, especialmente em relação ao que se propugnava teoricamente como um direito das crianças no cotidiano da creche, inclusive sobre o seu direito de participação nas decisões e propostas dos professores e, por outro lado, tentei compreender a necessidade da existência de uma infinidade de regras impingidas, principalmente, às crianças. Em que medida as regras faziam sentido e se, de fato, as crianças cumpriam aquilo que estava instituído pelos adultos.

Tracei então como objetivo central da investigação buscar uma compreensão mais aprofundada das relações estabelecidas entre os adultos e as crianças na creche, em especial uma compreensão daqueles momentos em que se explicitavam conflitos entre as determinações de uns e de outros. Essa motivação ancora-se na idéia de que conhecer melhor essas relações pode ajudar a organizar práticas educativas que considerem, também, os desejos e as necessidades das crianças e, dessa forma, consigam favorecer uma educação que, na crítica ao excesso de regulação presente de forma hegemônica na contemporaneidade, contribua para um movimento contra-hegemônico, no sentido proposto pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1996). O autor propõe um projeto pedagógico *conflictual* e *emancipatório*, entendendo que o conflito serviria para desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano, indesculpavelmente causado pela iniciativa humana, fundamentada nas ideologias formadoras desses modelos.

Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras suscetíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e indignação e a vontade de rebeldia e de inconformismo. Essa capacidade e essa vontade serão fundamentais para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes através dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Um relacionamento mais igualitário, mais justo que nos faça

aprender o mundo de modo edificante, emancipatório e multicultural. (1996, p. 32, 33).

A importância de buscar conhecer o que as crianças sentem, pensam e desejam advém de uma perspectiva teórica que considera as crianças como sujeitos sociais de direito pleno, sujeitos sociais competentes para dizer de si mesmos. Perspectiva que considera a ação humana e a alteridade como fatores fundamentais para a construção de relações autônomas que respeitem as diferenças sem deixar de combater as desigualdades sociais. Dessa forma, não se vê sentido na organização de um ambiente educativo de vocação democrática que não considere os interesses, desejos, direitos e necessidades das crianças, tanto quanto considera os dos adultos.

A fim de apreender os diferentes aspectos do que ocorria no ambiente de investigação e obter a compreensão do fenômeno em sua totalidade, decidi realizar uma pesquisa de observação participante, inspirada nos estudos de tipo etnográfico. Assim utilizei diferentes estratégias: registro escrito com base nas observações feitas, entrevistas, registro fonográfico e registro fotográfico (em algumas situações as crianças foram as fotógrafas).

Além de compor a narrativa em torno daqueles momentos marcados por um tom de “transgressão” daquilo que estivesse (explícita ou implicitamente) estabelecido, optei também por privilegiar a expressão das crianças para falar das relações estabelecidas entre elas próprias e entre elas e os adultos no interior da creche. As manifestações das crianças foram capturadas ora através da expressão oral registrada por escrito ou gravada, ora através da expressão gráfica, registrada nos desenhos que as crianças produziram para expressar/ explicar algumas situações, ou ainda por meio de brincadeiras de faz de conta, bem como através da expressão do corpo, trejeitos e/ou caretas muitas vezes capturadas nos registros fotográficos.

Pareceu-me que este caminho, por destacar pontos de conflito na relação entre os adultos e as crianças ali, naquele ambiente, trazia consigo um potencial revelador de tais relações. Esse potencial é particularmente importante no caso em que se tem, como acontece neste trabalho, a intenção precípua de contribuir para afirmação de um projeto político-pedagógico centrado no deslocamento da regulação para a emancipação, um movimento de desconstrução das energias regulatórias conforme estão postas neste momento de ‘modernidade tardia’.

Com base nos pressupostos citados acima, esclareço que a perspectiva teórica principal direcionou-se para os estudos recentes da Sociologia da Infância que consideram as crianças como sujeitos sociais de direito pleno, sujeitos sociais competentes para dizer de si mesmos.

OS SOBRETONS DO TERMO TRANSGRESSÃO

Minha intenção ao examinar as ações das crianças na creche foi a de procurar perceber se existiriam aspectos emancipatórios naquelas ações consideradas pelos adultos como de transgressão.

A idéia foi aglutinar elementos teóricos e empíricos que permitissem romper os limites formais do ato de transgressão em si e alargar a visão a fim de possibilitar o desvelamento de dimensões subjacentes que o termo possa carregar. Assim, procuro trazer aqui o significado de transgressão das crianças como os jeitos que elas encontram para transpor o que lhes é imposto, determinado, na busca de sua dimensão de alteridade e, portanto, como o cerne do processo de descoberta, de criação, os quais, articulados ao processo de reprodução co-editam as transformações socioculturais que empreendemos ao longo do tempo.

Meu primeiro movimento foi, então, de natureza conceitual, ou seja, procurar discutir o significado de transgressão. Observa-se que ao longo da história, em uma perspectiva “civilizatória”, o transgredir tem aparecido com uma conotação sempre ligada ao proibido, encontra-se o termo como sinônimo de *subversão*. Nos dicionários de Língua Portuguesa, Aurélio e Luft, *transgressão* aparece associada a infração, violação, desobediência, portanto, com uma conotação adversa à ordem social estabelecida. Etimologicamente, a palavra transgressão vem do latim **transgredi** e significa “ação que leva uma pessoa a atravessar uma fronteira para outros mundos.”¹

Em busca que realizei no banco de teses e dissertações armazenado na CAPES não encontrei (até 2006) trabalhos na Educação Infantil que tivessem (nos títulos, nas palavras –chave ou nos resumos) utilizado o termo transgressão como mote das discussões. Na busca em outras bases de dados, que incluíam também livros e periódicos, localizei o termo, e uma boa surpresa: algumas dessas fontes faziam

¹ Busca no site: www.rbleditora.com/revista/ingles/eliane44.html. Em 10 de setembro de 2006

referência a aspectos que se coadunam com a perspectiva que procurei colocar aqui. Veja-se, por exemplo, o texto de Peter McLaren (2002), **“Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação”**. Um outro exemplo pode ser encontrado na tese de doutorado da professora Manuela Ferreira (2002) **“A gente aqui o que gosta mais é de brincar com outros meninos**. Para a antropóloga Neusa Gusmão (2003), em um artigo intitulado **“Antropologia, processo educativo e oralidade: um ensaio reflexivo”**. Os exemplos sobre o assunto em pauta acima citados e outros que encontrei, mas não cito diretamente, indicam que há respaldo para se insistir na perspectiva da transgressão para além da conotação negativa que tem pesado sobre o termo.

A transgressão constitui-se então um modo de experimentar e de agir que se diferencia do que está posto na ordem social, ou mais especificamente nesta pesquisa, na ordem microssocial dos espaços da educação infantil. Ao buscar então perceber e interpretar este mundo, a criança deflagra uma nova ordem.

Acredito que a transgressão das crianças não seja de natureza intrínseca ou entidade ontológica, mas resultado de sua maneira de ver o mundo, das experiências vividas no seu entorno, das imposições hierárquicas e das relações compartilhadas com aqueles que se tornam cúmplices de suas criações, as outras crianças. Tudo isso se torna conteúdo para o repertório imaginativo das crianças, fazendo-as construir novas maneiras de agir sobre o real do qual elas fazem parte e alcançar, assim, seus intentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, PORÉM, PROVISÓRIAS

Tentei realizar, durante a pesquisa, um esforço teórico e empírico de reflexão, procurando explicitar e mesmo destrinchar um emaranhado de questões que dizem respeito, principalmente, às ações das crianças que se configuram como transgressão na relação com os adultos, e assim delas tomar consciência, o que, acredito, ser o primeiro passo para instalar a mudança.

Para os objetivos desse texto, recorro parte das análises que fiz durante o período de investigação na creche e levanto as seguintes considerações: há uma hierarquia nas relações sociais entre adultos e crianças, expressa no poder do adulto e materializada sob a forma de regras a que chamo na pesquisa de ‘explícitas’ e ‘implícitas’, ainda que

sob a égide do respeito ao outro, da proteção às crianças ou da organização do ambiente.

Conforme observações recolhidas, embora não houvesse embate face-a-face como reação das crianças aos adultos, elas reagiam clandestinamente ou ainda com a saída de cena dos adultos.

Interpretei então que as crianças, de fato, não seguem a todo tempo as determinações dos adultos. Elas revelam, na relação entre os pares, um certo grau de cumplicidade na formulação de estratégias através das quais buscam burlar algumas das regras a elas impostas. Ao meu ver, este fenômeno indica um aprendizado social de como lidar com tais estruturas e reforça a idéia de redes de aprendizagem construídas no sentido horizontal (entre pares).

Após percorrer toda essa trajetória de investigação, minha convicção é que a análise dos resultados aponta possibilidades pedagógicas interessantes para aqueles que apostam no reforço das energias emancipatórias e no desmonte do excesso de regulação que se evidencia no modelo de educação institucional predominante em nossa sociedade. Naturalmente não tenho a ingenuidade de entender que as mudanças de modelo social possam ser feitas apenas pela tomada de consciência dos problemas existentes no interior deste, mas, ao mesmo tempo, acredito que sem uma tomada de consciência fica impossível apontar uma direção para um projeto político mais amplo de mudança.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “A gente o que gosta mais é de brincar com os outros meninos.” Tese de Doutorado em Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, processo educativo e oralidade: um ensaio reflexivo. Revista Pró-Posições. UNICAMP, Campinas, SP, V.14, n.1(40),jan/abr.2003.

MACLAREM, Peter. Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Pedagogia do Conflito. In: Novos Mapas Culturais . Novas Perspectivas Educacionais. SILVA, Luiz Heron da (et al). Porto Alegre: Sulina, 1996.

WWW.rbleditora.com/revista/ingles/eliane44.html.